

COMO NASCE UMA LEI

Direitos do Cidadão no Processo Legislativo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
FUNÇÕES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	2
COMO NASCE UMA LEI?	3
O PAPEL DA CLJR	4
ENVIANDO SUAS SUGESTÕES	6
FICHA DE IDEIA LEGISLATIVA (MODELO)	10
PERGUNTAS FREQUENTES (FAQ)	12
CONTATOS E CANAIS OFICIAIS	15

APRESENTAÇÃO

As leis municipais são fundamentais para organizar a vida da cidade e orientar políticas públicas que afetam diretamente o dia a dia das pessoas. Para que essas leis atendam às necessidades reais da população, é importante que os cidadãos conheçam e participem do processo de criação das normas locais.

Esta cartilha foi preparada pela Ouvidoria Parlamentar como parte do Programa **“Ouvir para Construir – 2026”**, com o objetivo de explicar de forma simples como uma ideia pode se transformar em lei, qual o papel das Comissões Permanentes e como qualquer pessoa pode registrar propostas por meio do Banco de Ideias Legislativas.

Participar é um direito — e também um caminho para melhorar Ubá.

FUNÇÕES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

A Câmara Municipal é o órgão que representa a população no debate e na criação das leis que organizam a vida da cidade. Cabe aos vereadores discutir temas de interesse público, propor melhorias, fiscalizar o uso dos recursos municipais e acompanhar as ações da Prefeitura. Além disso, a Câmara promove audiências e espaços de diálogo com a sociedade, garantindo que as decisões não sejam tomadas de forma isolada.

Quando você participa — enviando sugestões, acompanhando o trabalho dos vereadores ou contribuindo com ideias — fortalece o processo democrático e ajuda a construir políticas públicas mais justas e eficientes. A participação ativa dos cidadãos torna o Legislativo mais transparente, mais atento às necessidades reais da comunidade e mais capaz de atuar em benefício de toda Ubá.

A Câmara Municipal exerce funções essenciais para o funcionamento da administração pública local. Entre suas competências estão:

- **Legislar:** elaborar, discutir e votar projetos de lei que regulam temas de interesse da cidade;
- **Fiscalizar:** acompanhar e verificar o uso dos recursos públicos pela Prefeitura;
- **Controlar o orçamento:** analisar, aprovar e monitorar a execução orçamentária;
- **Promover debates públicos:** realizar audiências, reuniões e consultas para ouvir a comunidade;
- **Representar os cidadãos:** atuar como ponte entre as demandas da população e o Poder Executivo.

A participação popular é fundamental para orientar as prioridades do município. Quando o cidadão se envolve, apresenta sugestões ou acompanha o trabalho legislativo, a Câmara ganha mais informações, mais

legitimidade e mais capacidade de criar leis alinhadas às necessidades reais da sociedade ubaense.

COMO NASCE UMA LEI?

A criação de uma lei municipal segue etapas organizadas para garantir que a proposta seja analisada com responsabilidade e transparência. Todo projeto de lei passa por um caminho comum, que começa com uma ideia e termina com sua aprovação e publicação. Veja como funciona:

➤ **INICIATIVA (De onde vem a proposta)**

Uma lei sempre nasce de uma necessidade percebida na cidade. A ideia pode vir de um vereador, de uma Comissão Permanente, da Prefeitura ou diretamente da população, por meio da Ouvidoria, do Banco de Ideias Legislativas ou iniciativa popular. A etapa de iniciativa é onde nasce a demanda social.

➤ **ELABORAÇÃO DA PROPOSIÇÃO**

A ideia é transformada em proposição legislativa, definindo o objetivo, justificativa e conteúdo da norma. A mais comum é o Projeto de Lei (PL), mas também existem Projetos de Lei Complementar, Resoluções e outros instrumentos.

➤ **LEITURA EM PLENÁRIO E ENVIO ÀS COMISSÕES**

O projeto é apresentado aos vereadores em plenário e, em seguida, enviado para análise das Comissões Permanentes relacionadas ao tema.

➤ **ANÁLISE TÉCNICA E JURÍDICA**

As Comissões estudam o projeto, verificam sua utilidade, legalidade e viabilidade. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR) avalia

constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa e redação final. Outras comissões avaliam o mérito do conteúdo.

➤ **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

Após os pareceres, o projeto volta ao plenário para ser discutido e votado. Se a maioria dos vereadores aprovar, o texto segue para a etapa final.

➤ **SANÇÃO, VETO OU PROMULGAÇÃO**

Aprovado pela Câmara, o projeto é encaminhado ao Prefeito para sanção (aceitação). O Prefeito pode vetar total ou parcialmente a proposta, e a Câmara pode manter ou derrubar o veto. Em casos específicos, a própria Câmara promulga a lei.

➤ **PUBLICAÇÃO E VIGÊNCIA**

Depois de sancionada ou promulgada, a lei é publicada oficialmente no Diário Oficial do Município e começa a valer. A partir daí, cabe aos órgãos competentes executá-la e à Câmara fiscalizar sua aplicação.

O PAPEL DA CLJR

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final — conhecida como **CLJR** — é uma das comissões mais importantes da Câmara Municipal de Ubá. Ela funciona como uma “porta de segurança jurídica”, garantindo que os projetos analisados respeitem a Constituição, as leis vigentes e as regras de boa redação legislativa.

Sempre que um Projeto de Lei entra na Câmara, ele passa obrigatoriamente pela análise da CLJR. Sua atuação abrange:

ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE

A CLJR verifica se:

- o projeto respeita princípios constitucionais,
- está dentro da competência legislativa do Município,
- não invade competências da União ou do Estado,
- não cria obrigações contrárias ao sistema federativo.

ANÁLISE DE LEGALIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA

A Comissão analisa se o texto:

- respeita leis já existentes,
- não cria conflitos jurídicos,
- está claro, organizado e compreensível,
- segue a técnica legislativa prevista em normas como a LC Federal 95/1998.

Isso evita leis confusas, contraditórias ou impossíveis de aplicar.

REDAÇÃO FINAL

Mesmo após a aprovação, a CLJR revisa o texto final para assegurar que:

- a redação esteja correta,
- não haja erros técnicos,
- o texto esteja adequado para publicação.

A Redação Final mantém a qualidade e a precisão da norma municipal.

FUNÇÃO ORIENTADORA

A CLJR também pode:

- propor ajustes formais ou materiais,
- emitir pareceres interpretativos,

- apoiar os vereadores na construção de projetos mais sólidos.

POR QUE A CLJR É TÃO IMPORTANTE?

Porque ela garante que a lei seja não apenas boa em conteúdo, mas também **legal, clara e aplicável**.

Sem essa etapa, seria comum que normas fossem aprovadas com erros, inconstitucionalidades ou falhas de redação que comprometeriam sua execução.

COMO A CLJR SE RELACIONA COM A OUVIDORIA E O BANCO DE IDEIAS?

Quando a população envia sugestões pela Ouvidoria, essas ideias podem chegar aos vereadores e se transformar em projetos.

A CLJR, então, avalia se essas propostas:

- podem realmente virar leis,
- precisam ser ajustadas,
- dependem de parecer técnico,
- são de competência do Município.

Assim, a Comissão ajuda a transformar boas ideias em normas seguras e juridicamente corretas.

ENVIANDO SUAS SUGESTÕES

A Ouvidoria Parlamentar é o principal canal de diálogo entre a população e a Câmara Municipal de Ubá. É por meio dela que o cidadão pode apresentar suas demandas, apontar problemas e também sugerir soluções. Uma dessas formas de participação é o Banco de Ideias Legislativas, criado especificamente para acolher propostas de melhoria para o município.

Quando a população envia uma ideia pela Ouvidoria, ela segue um fluxo que aumenta significativamente a chance de se transformar em ação legislativa. Esse processo ocorre de forma transparente e organizada.



Banco de Ideias

1. RECEBIMENTO DA SUGESTÃO PELA OUVIDORIA

A Ouvidoria recebe ideias por vários canais:

- Formulário online do Banco de Ideias;
- FalaBR (manifestações registradas como sugestões);
- e-mail oficial da Ouvidoria;
- atendimento presencial no prédio da Câmara;

No momento do recebimento, a Ouvidoria registra a ideia, confere a categoria correta e identifica se ela possui potencial legislativo, administrativo ou fiscalizatório.

2. CLASSIFICAÇÃO E CATALOGAÇÃO DA IDEIA

A partir da Resolução 10/2025, todas as ideias legislativas devem ser cadastradas em:

- uma base interna organizada (com dados completos),
- uma listagem pública resumida no site da Câmara.

A catalogação inclui:

- título da ideia,
- descrição resumida,
- justificativa apresentada pelo cidadão,
- tema da Ideia (ex.: saúde, educação, urbanismo),
- data do registro,

- situação atual da análise.

Esse procedimento evita perda de informações e permite acompanhar estatísticas.

3. ENCAMINHAMENTO AOS VEREADORES E ÀS COMISSÕES

Depois de catalogada, a Ouvidoria envia a sugestão aos vereadores, respeitando:

- **Área temática** — sugestões sobre saúde vão para os vereadores da área e para a CSPADS;
- **Potencial jurídico** — quando há viabilidade legislativa, a ideia é destacada para parlamentares com maior afinidade com o tema;
- **Impacto comunitário** — algumas ideias podem ser encaminhadas também para discussão em audiências públicas ou reuniões de comissão.

O objetivo é facilitar que vereadores encontrem boas propostas e as transformem em proposições formais.

4. POSSÍVEL TRANSFORMAÇÃO EM PROJETO DE LEI

Se algum vereador entender que a proposta é relevante, ele pode transformá-la em:

- Projeto de Lei (PL),
- Projeto de Lei Complementar (PLC),
- Indicação,
- Moção,
- Emenda a projetos já em tramitação.

A Ouvidoria não tem poder para criar leis, mas facilita a aproximação entre cidadão e vereador, aumentando a qualidade das proposições apresentadas.

5. APOIO TÉCNICO E APERFEIÇOAMENTO DA IDEIA

Em muitos casos, o cidadão apresenta uma sugestão boa, porém ainda genérica.

A Ouvidoria pode ajudar:

- explicando se a competência é realmente municipal;
- identificando órgãos públicos envolvidos;
- apontando leis semelhantes já existentes;
- solicitando à equipe legislativa pareceres ou informações adicionais;
- marcando reunião entre autor da ideia e vereadores interessados.

Esse trabalho evita propostas inviáveis e ajuda a construir soluções legislativas mais maduras.

6. DEVOLUTIVAS E TRANSPARÊNCIA

Toda ideia registrada recebe encaminhamento oficial, como:

- encaminhamento à comissão competente,
- encaminhamento à mesa diretora e demais vereadores,
- resposta orientada,
- transformação em indicação,
- transformação em projeto,
- arquivamento justificado (quando não há viabilidade legislativa).

Nos relatórios bimestrais e anuais, a Ouvidoria divulga:

- quantas ideias foram recebidas,
- quantas viraram proposições,
- quantas seguem em análise.

Isso fortalece a confiança pública no processo legislativo.

7. BENEFÍCIOS DIRETOS AO CIDADÃO

Ao participar do Banco de Ideias, o cidadão:

- influencia diretamente a criação de leis,
- amplia a fiscalização do poder público,
- aproxima-se da Câmara Municipal,
- demonstra problemas reais enfrentados pela população,
- contribui para políticas públicas mais eficientes.

Em muitos municípios, ideias populares já se transformaram em grandes programas governamentais — e a Câmara Municipal de Ubá está adotando esse mesmo caminho com o programa **Ouvir para Construir**.

FICHA DE IDEIA LEGISLATIVA (MODELO)

O Banco de Ideias Legislativas da Câmara Municipal de Ubá é o principal meio para que qualquer cidadão contribua com propostas de melhoria para o município.

Para registrar sua ideia, basta preencher o formulário no site da Câmara Municipal de Ubá clicando na imagem abaixo.

A imagem mostra a interface web do "Banco de Ideias" da Câmara Municipal de Ubá. No topo, há o logo da câmara e o nome "Câmara Municipal de Ubá, Estado de Minas Gerais". Abaixo, uma barra de navegação contém links como "Página Inicial", "INSTITUCIONAL", "ATIVIDADES PARLAMENTARES", "PORTAL DA TRANSPARÊNCIA", "LICITAÇÃO", "E-SIC", "OUVIDORIA", "AGENDA", "WEBMAIL", "ÁREA DO SERVIDOR" e "NOTÍCIAS".

O formulário principal contém os seguintes campos:

- Nome Completo (campo de texto)
- CPF/CNPJ (campo de texto)
- Telefone (campo de texto)
- E-mail (campo de texto)
- Tema da Ideia (campo de texto)
- Especificação da Ideia (campo de texto grande)
- Justificativa (campo de texto grande)
- Anexo: opção para anexar um arquivo em PDF, com um botão "Escolher arquivo" e o texto "Nenhum arquivo escolhido".

Na base do formulário, há opções de autorização:

- ☐ Autorizo que minha sugestão possa ser utilizada como proposição legislativa.
- ☐ Não autorizo.

Na parte inferior, há uma seção com links para "Transparência", "Pauta da Sessão", "Legislação", "Audiência Pública", "Comissões" e "Projetos Institucionais".

DETALHAMENTO DO FORMULÁRIO DO BANCO DE IDEIAS LEGISLATIVAS

- Dados Cadastrais (Nome completo, CPF, telefone, e-mail)

Esses dados servem para identificar o autor da ideia e permitem que a Ouvidoria entre em contato para esclarecer dúvidas ou pedir complementações.

- Tema da Ideia

Escolha o tema geral relacionado à sua proposta (Ex.: Programa Municipal de Arborização de Bairros; Incentivo ao Esporte Escolar; Sinalização Acessível para Pessoas com Deficiência.), funcionando como o título geral do assunto que você está sugerindo. Ele ajuda a Câmara a compreender, logo de início, sobre qual área pública sua proposta trata e qual é o recorte principal do problema ou solução que você está apresentando.

- Especificação da Ideia

Aqui você descreve qual é a proposta em si. É o “coração” da sua ideia: o que você sugere que o município faça, altere, crie ou melhore. Recomenda-se escrever de forma simples e objetiva.

- Justificativa

Explique por que sua ideia é importante. Você pode responder mentalmente a perguntas como: Que problema existe hoje? Quem está sendo prejudicado? Como sua sugestão pode melhorar a situação? Boas justificativas aumentam muito a chance de sua ideia virar um projeto legislativo.

- Anexos

Se houver documentos, fotos, relatórios, croquis, abaixo-assinados ou referências que ajudem a entender sua proposta, você pode anexá-los. Anexos não são obrigatórios, mas fortalecem a ideia.

- Autorização de uso da ideia

O formulário pede que o cidadão indique se autoriza que sua sugestão seja encaminhada aos vereadores, analisada pelas comissões, divulgada de forma resumida no site da Câmara (sem dados pessoais). Sem

essa autorização, a ideia fica somente no registro interno e não pode avançar.

PERGUNTAS FREQUENTES (FAQ)

A seguir, estão as respostas para as dúvidas mais comuns sobre como funciona o Banco de Ideias Legislativas, o papel da Ouvidoria e o processo legislativo. O objetivo é ajudar o cidadão a participar com segurança, clareza e confiança.

1. PARTICIPAÇÃO E ENVIO DE IDEIAS

Posso enviar uma ideia mesmo não sendo vereador?

R.: Sim. Qualquer cidadão pode sugerir ideias legislativas. Não é necessário ter conhecimento técnico ou jurídico.

Posso enviar uma ideia sem me identificar?

R.: Para o Banco de Ideias, é preciso informar seus dados, mas você pode permitir que apenas suas iniciais apareçam na divulgação pública.

Preciso morar em Ubá para enviar uma ideia?

R.: Não. Pessoas que trabalham, estudam ou possuem vínculo com o município também podem contribuir.

Onde posso enviar a ideia?

R.: Pelo site da Câmara (Banco de Ideias), presencialmente na Ouvidoria ou pelo FalaBR (categoria “Sugestão”).

2. ANÁLISE DAS SUGESTÕES

Como sei se minha ideia será aproveitada?

R.: Todas as ideias são registradas e analisadas. Aquelas que têm viabilidade jurídica, impacto social e pertinência temática são destacadas para os vereadores.

Quem analisa a ideia depois que envio?

R.: A Ouvidoria registra e organiza; os vereadores e as Comissões Permanentes analisam a viabilidade e decidem se a sugestão pode virar proposição.

3. PROCESSO LEGISLATIVO

Minha ideia se transforma automaticamente em um Projeto de Lei?

R.: Não. A ideia é uma inspiração para os vereadores. Se algum deles adotar a proposta, ela passa a tramitar como projeto.

Quanto tempo leva até uma ideia virar lei?

R.: Não há prazo fixo. Depende de estudos, pareceres, debates em comissões e votações em plenário.

Posso acompanhar o andamento?

R.: Sim. A Ouvidoria pode informar o status, e você também pode consultar o site da Câmara, na área do Banco de Ideias e os relatórios quadrimestrais da Ouvidoria.

4. DADOS PESSOAIS E PRIVACIDADE

Meus dados serão divulgados?

R.: Não. Apenas o conteúdo da ideia e as iniciais do autor podem ser publicados. O CPF e informações de contato ficam protegidos conforme a LGPD.

O anonimato total é possível?

R.: Para *denúncias*, sim. Para *ideias legislativas*, os dados são necessários, mas não são divulgados publicamente.

Por que preciso fornecer CPF?

R.: O CPF garante autenticidade e evita duplicidades, mas não é publicado nem compartilhado com terceiros.

5. QUALIDADE DA IDEIA E MELHORES PRÁTICAS

O que faz uma ideia ter mais chance de virar projeto?

R.: As melhores ideias costumam ter clareza no problema, justificativa bem explicada, impacto social evidente, respeito às competências do Município e proposta viável financeiramente.

Preciso citar leis ou normas?

R.: Não. A linguagem simples é suficiente. A equipe técnica da Câmara pode fazer o estudo jurídico posteriormente.

Podem entrar em contato comigo?

R.: Sim, caso você autorize no formulário. Isso ajuda a Ouvidoria a aperfeiçoar a proposta.

6. SOBRE A OUVIDORIA E SUA FUNÇÃO

A Ouvidoria cria leis?

R.: Não. Ela organiza as ideias, faz a mediação com vereadores e garante transparência.

A Ouvidoria pode me orientar sobre como melhorar minha ideia?

R.: Sim. A Ouvidoria está autorizada a orientar, sugerir ajustes e explicar como funciona o processo legislativo.

A Ouvidoria pode recusar uma ideia?

R.: Não. Toda ideia é registrada. Mas a análise pode indicar que a sugestão não tem viabilidade legislativa.

7. TRANSPARÊNCIA NO ACOMPANHAMENTO DO BANCO DE IDEIAS

Como a população fica sabendo do andamento das ideias registradas?

R.: A Câmara publica de forma regular relatórios quadrimestrais e atualizações no site, na área de consulta as ideias já cadastradas. Esses materiais mostram quantas ideias foram recebidas, analisadas, destacadas para vereadores ou transformadas em proposições.

Em quais momentos a Ouvidoria pode entrar em contato comigo?

R.: A Ouvidoria pode entrar em contato **somente quando necessário**, como por exemplo, quando faltar alguma informação essencial, quando for preciso esclarecer detalhes da proposta, quando houver necessidade de ajuste para análise técnica e quando a sua autorização for necessária para encaminhamentos internos. Fora esses casos, toda a transparência é garantida pelos relatórios e publicações oficiais.

Posso sugerir melhorias para o Banco de Ideias?

R.: Sim. A Ouvidoria recebe sugestões para aperfeiçoar o próprio sistema.

CONTATOS E CANAIS OFICIAIS

Como forma de promover o relacionamento com a sociedade, a Câmara Municipal de Ubá disponibiliza aos cidadãos os seguintes canais de interatividade:

- **Plataformas Digitais:** [FalaBR \(Ouvidoria\)](#), [E-Sic \(Acesso à Informação\)](#) e [Banco de Ideias Legislativas](#)
- **Telefone:** (32) 3539-5000, de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h.
- **E-mail:** ouvidoria@uba.mg.leg.br
- **Presencialmente:** na Câmara Municipal, localizada na Rua Santa Cruz, 301 - Centro - CEP 36.500-059 - Ubá – MG, de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h.
- **Por Carta:** para o endereço Rua Santa Cruz, 301 - Centro - CEP 36.500-059 - Ubá – MG.